

JOSÉ DIRCEU, O ETERNO

O EX-MINISTRO VIRA O PRÓXIMO ALVO DA LAVA JATO

por FABIO SERAPIÃO

AS DELAÇÕES DO PRESIDENTE da UTC, Ricardo Pessoa, apontado como coordenador do cartel de empreiteiras, e do operador de propina da Engenvix, Milton Pascowitch, acredita a força-tarefa que investiga os desvios da Petrobras, fechariam ainda mais o cerco ao Partido dos Trabalhadores e selariam de vez o destino do ex-ministro da Casa Civil Jo-

sé Dirceu. Em seus depoimentos, Pessoa colocou em dúvida as doações efetuadas à campanha de Dilma Rousseff e arrastou nomes próximos à presidenta para o centro do escândalo. As acusações ainda terão de ser provadas. Os envolvidos negam irregularidades. Em entrevista à página 22, o ministro da Secretaria de Comunicação, Edinho Silva, tesoureiro da campanha à reeleição, rechaça a acusação de achaque ao empreiteiro. “As doações foram legais.”

A situação de Dirceu, segundo os investigadores, parece mais complicada. O depoimento de Pascowitch, unido aos documentos levantados nos últimos meses, levaram a força-tarefa a formar a convicção de que existem provas suficientes para incriminar o ex-ministro. Pascowitch teria sido claro em sua delação. Segundo ele, os pagamentos efetuados pela Jamp, sua empresa, à JD Consultoria, de Dirceu, vieram das propinas cobradas na estatal.



FABIO RODRIGUES POZZEBON/ABR E
SERGIO CASTRO/ISTADAO CONTEUDO

Com medo da perspectiva de prisão, Dirceu ingressou na quinta-feira 2 com um pedido de habeas corpus. Há motivo. Embora não de forma oficial, os investigadores da Lava Jato têm feito consulta sobre a situação do ex-ministro. Querem saber se ele poderia ser novamente encarcerado pelo fato de, no momento, cumprir em regime aberto a sentença do chamado mensalão.

Para a força-tarefa, as poucas dúvidas restantes da participação de Dirceu no es-



queima da Petrobras desapareceram após os depoimentos de Pascowitch. Como antecipou *CartaCapital* na reportagem sobre a fase Juízo Final da Lava Jato, em novembro de 2014, a possibilidade do ex-ministro de se tornar um dos alvos era patente. Ele está na mira dos investigadores desde a descoberta dos contratos entre sua consultoria e a Camargo Corrêa. A partir daí, a força-tarefa mapeou, com base em quebras de sigilo, os 29 milhões de reais movi-

mentados pela JD, em especial o montante pago por empreiteiras. O caso da Engevix chamou atenção. Além de receber 1,1 milhão de reais da construtora, Dirceu obteve outro 1,4 milhão da Jamp, empresa de Pascowitch, cujas movimentações foram descobertas na fase apelidada de My Way.

Enquanto Dirceu e Pascowitch negavam qualquer tipo de relação ilícita e afirmavam tratar-se de contratos referentes a serviços de prospecção de negócios no exterior prestados à construtora Engevix, as investigações prosseguiram. Ao longo da apuração, outras ligações entre os dois foram reveladas, em primeiro lugar o fato de Pascowitch ter providenciado o pagamento de parte do imóvel-sede da JD, e de outro, em nome da filha do ex-ministro. Apesar dos contratos sem comprovação de prestação do serviço e dos pagamentos milionários, faltava, porém, confirmar a origem dos recursos enviados pela Jamp e por outras empresas do operador.

Homologada na segunda-feira 29, a delação de Pascowitch vai além da rela-

ção com Dirceu. Ele detalha sua atuação em contratos bilionários fechados com a Engevix, explica sua ligação com o ex-diretor de Serviços, Renato Duque, e esclarece como seu patrimônio cresceu 50 vezes, entre 2003 e 2013, de 574 mil para cerca de 28 milhões reais. Duque, apontado como representante do PT na estatal e no esquema, foi preso na sétima fase da operação, solto e novamente detido na décima etapa. Na última prisão, a Polícia Federal encontrou em sua casa um cômodo secreto cuja finalidade era armazenar documentos e obras de arte.

Nos documentos, também revelados com exclusividade por *CartaCapital*, figuram contratos entre a Jamp e a consultoria D3TM, de Duque, recibos de obras de arte pagas pelo operador e um contrato de compra de imóveis. No tal documento sobre a aquisição de três apartamentos na Barra da Tijuca, no Rio, uma cláusula se destacava. No item 9 do acor-

do firmado entre Duque e José Mauro dos Santos Fonseca, proprietário da Malta Incorporação de Imóveis, lê-se a seguinte instrução a respeito do pagamento: “Como o primeiro transator, para atender compromissos vinculados à construção das unidades, por intermédio de sua empresa, Malta Incorporadora, obteve da Jamp Engenheiros Associados empréstimos no valor de 730 mil reais, cujo pagamento se encontra pendente, neste ato e de forma expressa o ‘primeiro pagador’ autoriza o ‘segundo pagador’ a pagar diretamente o referido empréstimo”.

A mesma tática teria se repetido na aquisição dos quadros encontrados no cômodo secreto. Segundo a Polícia Federal, os documentos provam que ao menos 3 das 131 obras de arte na posse de Duque foram pagas por Pascowitch. À época da segunda prisão do ex-diretor da Petrobras, os investigadores apenas desconfiavam de possíveis irregularidades. Hoje, com base na delação, dizem ter certeza de que todas as transações, da mesma forma

LULA VAI A CAMPO



Com Dilma Rousseff em viagem aos Estados Unidos, o ex-presidente Lula cumpriu uma agenda em Brasília com duplo objetivo: amenizar as recentes críticas feitas à presidenta e tentar recompor a base de apoio ao governo. Na segunda-feira 29, reuniu-se com o presidente do PT, Rui Falcão, o secretá-

EM BRASÍLIA. Depois de se reunir com a bancada do PT, o ex-presidente foi ao encontro do PMDB



que os pagamentos efetuados para Dirceu, se originaram do dinheiro desviado da Petrobras. Nos depoimentos prestados, o operador da Engevix ratificou a tese. Qualificou como propina os repasses feitos a Duque e Dirceu, além de relacionar todas as obras da estatal das quais o dinheiro foi subtraído. Pascowitch também teria confirmado a ascendência de Dirceu na nomeação de Duque para uma das diretorias da companhia.

O advogado de Duque não atendeu aos pedidos de informação da revista. Quando da apreensão dos documentos, Alexandre Lopes afirmou que os delatores “falsearam” a verdade e que todas as consultorias da D3TM eram legais e realizadas após a saída de seu cliente da Petrobras. O defensor negou ainda a possibilidade de o ex-diretor ter movimentado dinheiro fora do País.

Em nota publicada no blog de Dirceu, o advogado Roberto Podval lista quatro



ZELADA. Preso na quinta 2, o ex-diretor da Petrobras era da cota do PMDB

pontos para rebater as afirmações de Pascowitch. Segundo ele, o ex-ministro não teve qualquer influência na indicação de Duque e a relação da Jamp com a JD seria resultado de uma consultoria prestada no Peru. A informação, salienta a nota, é corroborada pelo presidente do Conselho da Engevix, Cristiano Kok, e pelo ex-vice-presidente, Gerson Almada, preso na fase Juízo Final da Lava Jato. Embora citado na nota como delator, Almada não assinou um acordo com a Justiça Federal, mas confirmou serem os pagamentos da Engevix a Dirceu referentes ao “lobby” exercido pelo ex-ministro.

Para seus defensores, o pedido de habeas corpus apresentado na quinta 2 tem como objetivo evitar um “constrangimento ilegal”. Nos próximos dias, a eficácia da medida será testada no Paraná, onde se concentra o processo. Dirceu tem, porém, outras fontes de dor de cabeça. A UTC, diz Pessoa, também teria pago 3,2 milhões de reais à JD. Propina, segundo o delator.

Nesse caso, Dirceu não estaria sozinho. Além de doações à campanha de Dilma, o dono da UTC teria confirmado pagamentos para um grupo variado de políticos de diferentes partidos. Estariam na lista Fernando Collor e Gim Argello. Do PT, o ministro Aloisio Mercadante e José de Filippi. Da oposição, o senador tucano Aloysio Nunes Ferreira, vice de Aécio Neves na última disputa presidencial, e Júlio Delgado, do PSB, braço direito do falecido Eduardo Campos.

Apontado como prova da capacidade do cartel de empreiteiras de suplantar diferenças partidárias, a delação de Pessoa une-se à mais nova fase da operação,

rio de comunicação do partido, José Américo, o marqueteiro João Santana e Paulo Okamoto para avaliar a conjuntura política. À noite, em encontro com a bancada petista no Congresso, pediu união na defesa do governo. Na manhã do dia seguinte, tomou café com a cúpula do PMDB na residência oficial do presidente do Senado, Renan Calheiros.

Aos deputados e senadores petistas, Lula afirmou estar “150% à disposição para ajudar Dilma”. Com isso, pretendia amenizar as críticas feitas em uma reunião reservada com líderes religiosos, vazando à mídia, como a declaração de que o

governo estaria no “volume morto”. Para evitar qualquer novo embaraço, solicitou aos participantes que deixassem o telefone do lado de fora da sala.

“O governo e o PT têm sofrido constantes ataques, o que requer agilidade da nossa bancada no Congresso para fazer o contraponto necessário”, resumiu o deputado Paulo Teixeira. Além disso, Lula apontou o novo plano de concessões, o Plano Safra e o acordo com a China para investimentos em infraestrutura no Brasil, recém-anunciados, como a largada de uma agenda positiva do governo que precisa ser valorizada.

“Realmente, essa união se faz necessária, pois enfrentamos um momento difícil, com um processo de criminalização do partido em marcha”, emenda o deputado Wadih Damous, ex-presidente da seção da OAB no Rio de Janeiro. “Infelizmente, as questões investigadas pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, pelo Judiciário, têm sido politizadas e usadas por setores que querem abreviar o mandato da presidenta.”

Durante o café da manhã com a cúpula do PMDB, Lula tentou apurar as arestas com o principal aliado da base governista. Além de Calheiros, participaram do encontro de quase duas horas o ex-presi-

dente José Sarney, os senadores peemedebistas Romero Jucá, Edison Lobão e Eunício Oliveira, além dos petistas Delcídio Amaral e Tião Viana.

Além de ouvir críticas à paralisia do governo e a dificuldade do Planalto em negociar e firmar acordos com a base, Lula compartilhou a preocupação com o distanciamento de Dilma dos chefes dos outros Poderes. “Ele, definitivamente, veio em missão de paz, conversou bastante. Acha que a presidente deveria reunir os Poderes, conversar permanentemente na busca de saídas para o Brasil”, resumiu Calheiros.

— Por Rodrigo Martins

realizada na quinta-feira 2 para levar à cadeia Jorge Zelada, ex-diretor da Área Internacional da Petrobras. Indicado pelo PMDB, Zelada pode complicar ainda mais a vida de Renan Calheiros e Eduardo Cunha, investigados pela Procuradoria-Geral da República. Denominada Conexão Mônaco, a nova fase apura o pagamento de propina para o ex-diretor em contratos de navios-sondas. Em seu despacho, o juiz Sérgio Moro citou uma auditoria da Petrobras que identificou “uma série de irregularidades, parte delas imputável ao então diretor da área Internacional”. Os desvios vão do superfaturamento à assinatura de contratos sem autorização da diretoria executiva.

Para prender Zelada, os investigadores da força-tarefa, assim como nos outros casos, seguiram o caminho do dinheiro e mapearam as transações do executivo no exterior. Remessas suspeitas para a China e a Suíça serviram de base para o pedido de prisão do Ministério Público. “Observando os extratos das contas, há também registro de transferências a débito vultosas para outras contas na China e outras contas na Suíça, aparentemente esta controlada por sócio no Brasil do investigado”, destacou o juiz em sua decisão. Além das movimentações de quase 9 milhões de dólares, um acordo de cooperação com o Principado de Mônaco revelou que o ex-diretor manteve cerca de 11 milhões de euros escondidos naquele país.

Em nota, Eduardo Moraes, advogado de Zelada, afirmou não ter tido acesso ao teor da decisão que autorizou a prisão, mas antecipou “com toda segurança a absoluta desnecessidade” da medida. Segundo o defensor, a “sua liberdade não representa, como nunca representou, qualquer risco à investigação ou à ordem pública”. Moraes ainda atacou o “método” das autoridades da Lava Jato de prender para apurar e processar ao “subverter a Constituição Federal”. •

“AS DOAÇÕES FORAM LEGAIS”

O EX-TESOUREIRO E MINISTRO EDINHO SILVA REBATE O DELATOR E RECLAMA DA “LUTA POLÍTICA”

por LINO BOCCHINI

O MINISTRO da Secretaria de Comunicação da Presidência, Edinho Silva, foi acusado pelo empresário Ricardo Pessoa, dono da empreiteira UTC, de tê-lo pressionado, quando tesoureiro da campanha à reeleição de Dilma Rousseff, a fazer doações em troca da manutenção de contratos da construtora com a Petrobras. Na entrevista a seguir, o ministro rebate as acusações, lamenta o vazamento seletivo e enxerga uma “luta política” em curso.

CartaCapital: O empresário Ricardo Pessoa o acusa de achaque. O senhor o pressionou?

Edinho Silva: Devo ser o primeiro tesoureiro na história das campanhas brasileiras acusado por receber recursos legais. Declaramos todos esses recursos, a campanha foi auditada pelo Tribunal Superior Eleitoral e teve as suas contas aprovadas por unanimidade. Tudo correto do ponto de vista jurídico e ético. Estive com dezenas de empresários durante o processo eleitoral, e todas as conversas ocorreram dentro da legalidade. As doações aconteciam da mesma forma que com outras candidaturas e partidos. Segui as orientações da presidenta, tomei todos os cuidados e só arrecadamos recursos de origem clara.

CC: O senhor é acusado justamente

SINAL VERDE. Edinho Silva lembra que o TSE aprovou as contas



por essas doações legais. Seriam uma moeda de troca para a construtora manter contratos...

ES: Eu, a exemplo dos demais tesoureiros, não tenho bola de cristal. Os recursos foram transferidos legalmente para a conta bancária da campanha, de forma institucional. Fiz o que todos os tesoureiros fazem: chequei se a empresa poderia ser doadora e se a doação estava dentro do limite legal. Jamais fiz vínculo a qualquer outro debate. Tanto a UTC quanto a Constran, outra empresa do senhor Pessoa, têm tradicionalmente contratos com governos. Portanto, ainda porque me tornei tesoureiro apenas em julho, qualquer vínculo

desta natureza não reflete a verdade.

CC: O senhor se encontrou com o empreiteiro em quais ocasiões? Qual o teor das conversas?

ES: Tive três encontros, o primeiro quando o conheci, no comitê em Brasília. Ele disse que sua empresa sempre colabora nas campanhas. Afirmou ainda que o Brasil estava no caminho certo, fez elogios ao nosso projeto e falou das doações. Disse ainda ter relações com líderes de outros partidos e que doaria a outros candidatos. Depois o encontrei nos escritórios da UTC em São Paulo e no Rio de Janeiro. Ao todo foram doados 7,5 milhões de reais, tudo depositado na conta da campanha e

declarado à Justiça Eleitoral. Tive com ele a mesma conversa que travei com mais de uma dezena de empresários. Pelo modelo eleitoral brasileiro, as campanhas são financiadas por empresas privadas. Eu e todos os demais tesoureiros só podemos buscar doações entre empresários.

CC: O senhor pediu acesso à delação premiada?

ES: Formalizei ao ministro do STF Teori Zavascki o pedido para acessar a delação. Quero confrontar o conteúdo com o que foi divulgado pela mídia.

CC: Pretende processar o senhor Pessoa?

ES: Quando tiver acesso à delação, se se confirmar o divulgado pela mídia, tomarei as medidas judiciais cabíveis.

CC: O senhor pode afirmar que todas as doações à campanha de Dilma Rousseff foram legais?

ES: Totalmente legais. E as contas foram auditadas pelo TSE, inclusive com o rigor do relator, o ministro Gilmar Mendes, extremamente respeitado e criterioso, e que deu o parecer pela aprovação. O voto dele foi acompanhado pelos demais ministros do TSE, e as contas foram aprovadas por unanimidade.

CC: O governo está paralisado por conta dessas novas acusações?

ES: Não. Temos a certeza da legalidade da campanha da presidenta e confiamos nas instituições brasileiras. Com certeza prevalecerão os aspectos legais, e não a luta política. Não vamos paralisar o governo por conta de um vazamento seletivo utilizado politicamente. Isso tem de ser duramente combatido. Instrumentos criados para tornar a investigação mais eficiente infelizmente têm sido utilizados para uma luta política, e o governo não vai virar prisioneiro dessa lógica. Seguimos na construção de uma agenda de retomada do crescimento econômico, para o Brasil superar as dificuldades e seguirmos implementando nosso programa vitorioso de inclusão social, geração de emprego e distribuição de renda. •